

ATA Nº 027/2015

Aos doze (12) dias do mês de dezembro de dois mil e quinze (2015), às oito horas e trinta minutos (08:30 hs), no Plenário Vereador Hilário Ferri da Câmara de Vereadores, Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os senhores (as) Vereadores (as) para uma Sessão Extraordinária. O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Daniel Borges de Lima assumiu a direção dos trabalhos. Presentes os seguintes Vereadores: Daniel Borges de Lima, Rogemir Dorigon Civa, Fabiane Potrich Gehlen, Elisabete de Mello Musselin, Nelso de Bona, Jaime Talietti Borsatto, Tiago Santin Fornari, Fábio Júnior de Lima Pereira e Delemar Batista Panis. Havendo quorum regimental o Presidente declarou aberta a Sessão e colocou em discussão e votação a Ata de nº 026/2015, da Sessão Ordinária realizada no dia quinze (15) de dezembro de dois mil e quinze (2015), sendo aprovada integralmente e por unanimidade. A seguir passou-se para a Ordem do Dia: - Projeto de Lei nº 091/2015, que “Concede auxílio às Associações de Estudantes Universitários e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Jaime disse que acredita que houve um acerto entre o Prefeito e Estudantes para chegar ao valor proposto e só resta aos Vereadores aprovarem o projeto. O Vereador Nelsinho salientou que a negociação com o Prefeito é o do jeito que ele impõe e o valor está muito longe do que ele prometeu. Propôs que parte dos recursos economizados pela Câmara sejam destinados às associações de estudantes. O Vereador Delemar disse que o projeto visa beneficiar os estudantes e a administração municipal está fazendo o máximo possível diante da crise que estamos passando. O Vereador Fabinho disse que seria bom se o auxílio fosse maior, mas infelizmente todos os municípios vem enfrentando dificuldades devido a crise política e econômica, mas mesmo assim a administração municipal não deixou de auxiliar os estudantes. O Vereador Rogemir disse que as associações de estudantes merecem mais e lembrou que a Câmara de Vereadores economizará mais de um milhões de reais nessa Legislatura e só depende dos Vereadores exigir que o Prefeito aplique os recursos devolvidos pela Câmara em incentivos aos estudantes universitários e lembrou que os valores não chegam nem perto do que foi prometido em campanha. A Vereadora Fabiane disse que é fácil prometer em campanha o transporte gratuito aos estudantes e entende que o valor do auxílio é baixo mas espera que para o próximo ano o valor seja aumentado. A Vereadora Elisabete salientou o alto custo que os estudantes tem para buscarem uma qualificação, mas se os estudantes concordaram com os valores apresentados pelo Prefeito só lhe resta aprovar o projeto. O Vereador Tiago disse que sabe que o valor não é o desejado pelos estudantes, mas certamente se a administração não tivesse recebido uma dívida tão alta o valor do auxílio poderia ser maior. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 091/2015, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 073/2015, que “Autoriza a alteração do art. 1º da Lei Municipal 2629 de 06 de maio de 2015 dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Jaime disse que o projeto é importante porque se o Município não reajustar o valor da CIP terá que bancar uma parte do valor, valor este que irá fazer falta para ser aplicado em outras áreas. Lembrou que graças a uma emenda que fez no projeto que criou a CIP, o interior do município ficou de fora da cobrança. O Vereador Delemar parabenizou o Vereador Jaime por não permitir que a CIP fosse cobrada também no interior, mas já que foi criada na área urbana agora é necessário manter e como o valor da iluminação pública aumentou o município precisa reajustar o

índice. O Vereador Fabinho disse que mais uma vez os contribuintes serão onerados. Informou que está fazendo uma pesquisa para avaliar o gasto das lâmpadas atuais e as de led, para posteriormente apresentar ao Prefeito o custo benefício da troca das lâmpadas de iluminação pública. O Vereador Rogemir disse que novamente votará contra ao aumento da CIP, pois entende que apesar do valor da conta ter aumentado, certamente o valor arrecadado com a CIP também aumentou e por isso não se justifica o argumento de que houve aumento da despesa da iluminação pública pelo fato da tarifa de energia elétrica ter aumentado. Salientou que as famílias mais carentes serão as mais prejudicadas e que a taxa foi criada em 2002 e somente agora, nessa administração, o índice da alíquota foi praticamente dobrado. A Vereadora Fabiane lembrou que se absteve de votar o projeto anterior que aumentou o valor da CIP, tendo em vista que com o aumento da conta de energia elétrica, também aumentou o valor arrecadado com a CIP. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 073/2015, em votação, aprovados por cinco (05) votos contra dois (02), sendo os votos contrários dos Vereadores Rogemir e Nelsinho. As Vereadoras Elisabete e Fabiane se abstiveram de votar o projeto. - Projetos de Lei nº 090/2015, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a renovar contrato de caráter temporário na função de Professor área um (01) autorizado pela Lei 2589/2015 e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Jaime lembrou que devido ao concurso público estar sob juízo a administração municipal se vê obrigada a fazer provas seletivas e contratos emergenciais até que a questão seja resolvida e assim evitar que os alunos sejam prejudicados. O Vereador Nelsinho disse que jamais será contra aos projetos que visem beneficiar a população, mas será contra quando entender que trarão prejuízo aos municípios. O Vereador Delemar também destacou que não é possível realizar novo concurso público e por isso a necessidade de contratar servidores de forma emergencial. O Vereador Rogemir disse que é favorável ao projeto para não prejudicar os alunos, mas lembrou que o concurso público só está na justiça porque alguém fez denúncias sobre o mesmo, assim como muitas coisas estão sendo investigadas nesta atual administração e certamente a justiça irá tomar uma decisão. A Vereadora Fabiane disse que mesmo com as férias escolares os professores serão contratados a partir de janeiro, onerando os cofres públicos. O Vereador Tiago disse que realmente a justiça deve julgar e se tiver irregularidade os responsáveis devem ser punidos, a exemplo de um ex-prefeito de Arvorezinha que foi condenado. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 090/2015, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 092/2015, que “Altera a Lei Municipal 1.607 de 30 de dezembro de 2003 que estabelece o Código Tributário do Município e também altera a Lei Municipal 2.283, de 02 de dezembro de 2015 e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Jaime disse que é mais um projeto polêmico e certamente a população irá cobrar, mas com a coleta do lixo evitou-se o lixão a céu aberto e o risco do município ser multado. Devido ao recolhimento do lixo que ora é realizado, acabou ocorrendo um aumento de quarenta por cento no custo e para evitar que haja um retrocesso no recolhimento de lixo é a favor do projeto. O Vereador Nelsinho disse que realmente é preciso evoluir na questão da destinação do lixo, mas o aumento é muito alto e por isso é contra o projeto. O Vereador Delemar disse que acredita que é melhor aumentar o valor da taxa de recolhimento de lixo do que não existir esse serviço, o que causaria transtornos para todas as famílias e acredita

também que o valor de dez reais mensais não é alto. O Vereador Fabinho disse que tinha certeza que a oposição seria contra o projeto para agradar os eleitores. Disse que o atual recolhimento do lixo tem aprovação de 95% da população. Disse que a empresa que recolhe o lixo apresentou as planilhas de custos do recolhimento e realmente está tendo prejuízo e após estudos a administração municipal e a empresa chegaram aos valores apresentados no projeto e o projeto precisa ser aprovado para evitar que o recolhimento do lixo volte a ser como era antes. O Vereador Rogemir disse que considera o valor da taxa de recolhimento muito elevada, pois acredita que muitas famílias encontrarão dificuldades para pagar. Disse que população já paga muitos impostos, impostos estes que deveriam justamente serem utilizados para beneficiar a população e por isso é contra o projeto. A Vereadora Elisabete salientou a importância do recolhimento do lixo de forma adequada, mas acredita que a população deveria ter sido consultada a respeito e não fazer dessa forma, do dia pra noite apresentar o projeto para ser votado nesta Casa. O Vereador Tiago lembrou da forma em que antigamente era feito o recolhimento do lixo, inclusive de maneira perigosa para os servidores e acredita que deve ser dada continuidade na forma que está sendo feito o recolhimento e se o projeto não for aprovado corre o risco de ser suspenso. A Vereadora Fabiane considerou o valor muito alto, principalmente para aquelas famílias de baixa renda. O Projeto foi ainda amplamente debatido pelos Vereadores, pelo senhor Alex, proprietário da empresa que recolhe o lixo, pela Secretária de Administração Emília Gasparin e pela bióloga Micheline de Almeida, que falou principalmente sobre as taxas de licenciamento ambiental. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 092/2015, em votação, aprovados por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo os votos contrários dos Vereadores do PDT. Nada mais havendo para ser registrado, às onze horas e dez minutos (11:10 hs) o Presidente declarou encerrada a Sessão Extraordinária. Lavrei a presente Ata, que após discutida e colocada em votação, será devidamente assinada.